

A CULTURA NO PROCESSO DE ENSINO EM ANGOLA

Culture in the Angolan teaching process

COTINGO, Augusto Cacande¹

Resumo

Falar de cultura é um desafio, desafio este que parte do facto de a cultura ser vida e se relacionar com conceitos como racionalidade, liberdade, natureza, civilização, educação, moral, política, filosofia entre outros. Ao contrário do homem, todos os animais são guiados pelo instinto natural, o que faz com que não sejam livres e muito menos culturais. Luc Ferry, filósofo contemporâneo francês, citando Jean Jacques Rousseau, apresenta uma dupla historicidade humana: *a educação por um lado, a cultura e a política por outro*. A educação é individual, a cultura e a política são comunitárias. Nesta perspectiva, podemos dizer que o homem pode ser definido como sendo um ‘animal cultural’ por ser racional, livre, moral, capaz de se aperfeiçoar. Hoje, sabemos que não existem culturas superiores ou inferiores. O que existe são homens diferentes e culturas diferentes com os seus complexos significados relacionados com a tecnologia, a civilização, o ser e o ter. Como os homens não são perfeitos, também as culturas não são, daí a necessidade da educação e da moral. É por esta educação e por esta moral que passa a nossa qualidade de ensino.

Abstract

Alking about culture is a challenge, a challenge that starts from the fact that culture is life and is related to concepts such as rationality, freedom, nature, civilization, education, morals, politics, philosophy, among others. Unlike man, all animals are guided by natural instinct, which means that they are not free and much less cultural. Luc Ferry, a contemporary French philosopher, quoting Jean Jacques Rousseau, presents a Double human historicity: education on the one hand, culture and politics on the other. Education is individual, culture and politics are community. In this perspective, we can say that man can be defined as being a 'cultural animal' for being rational, free, moral, able to improve. Today, we know that there are no higher or lower cultures. What exists are different men and different cultures with their complex meanings related to technology, civilization, being and having. As men are not perfect, neither are cultures, hence the need for education and morals. It is through this education and this morality that our teaching quality passes.

Palavras-chave: *Cultura; Educação; Liberdade.*

Keywords: *Culture; Education; Freedom.*

Data de submissão: dezembro de 2020 | **Data de publicação:** dezembro de 2021.

¹ AUGUSTO CACANDE COTINGO - Formado em Filosofia e em Técnicas Documentais aplicadas a Bibliotecas Universitárias. ANGOLA. E-mail: kacandecotingo@hotmail.com.

1. AFINAL DE CONTAS O QUE VEM A SER A CULTURA?

Existem várias definições a cultura. “O modo de vida de um povo, em que se incluem as suas atitudes, valores, crenças, artes, ciências, modos de percepção e hábitos de pensamento e de acção” (Blackburn, 2007, p.95). Baptista Mondin, por sua vez, nos seus escritos sobre a cultura e o homem, faz um estudo à partir de alguns especialistas da matéria nomeadamente Dawson, Kroeber e Niebuhr.

Começando por Dawson, Mondin descreve a relação dialéctica que este estabelece entre cultura e sociedade, uma relação que, segundo Mondin, nos remete para as categorias aristotélicas de matéria e forma: a sociedade aparece como a matéria e a cultura como sendo a forma desta matéria. Por outras palavras, “uma sociedade sem cultura é uma sociedade sem forma – um ajuntamento ou coleção de indivíduos mantidos juntos por necessidades do momento...” (Dawson, referido por Mondin, 1980, p.171).

Numa vertente diferente a de Dawson, Niebuhr, diz Mondin, define a cultura contrapondo-a à natureza e não à sociedade. Define, assim, a cultura como sendo “o ambiente artificial, secundário, que o homem sobrepõe ao natural. Ele compreende a linguagem, os hábitos, as idéias, as crenças, os costumes, a organização social, os produtos hereditários, os procedimentos técnicos, os valores” (Niebuhr, referido por Mondin, 1980, p.171). É esta a definição que consideramos mais interessante e sobre a qual discutiremos ao longo deste trabalho, uma vez que coincide em muitos aspectos com a proposta apresentada por Luc Ferry que, por sua vez, se baseia em Jean Jacques Rousseau.

Finalmente, tal como Dawson, Kroeber, nota Mondin, define a cultura tendo em conta algumas características que ele considera essenciais e que são transmitidas de uma geração a outra: “A cultura é uma série de atributos e produtos das sociedades humanas, e então do género humano, que são extra-somáticos e transmissíveis por meio de mecanismos diferentes da hereditariedade biológica” (Kroeber, referido por Mondin, 1980, p.171). Esta definição de Kroeber também partilha da definição de Rousseau sobretudo quando consideramos o aspecto da transmissão que em Rousseau não é outra coisa senão a educação.

2. HOMEM, CULTURA E NATUREZA

Existem várias maneiras de se abordar o tema relacionado com a cultura. Entretanto, todas elas têm de ser necessariamente antropológicas, pois é o homem que esta no centro da cultura.

A relação homem-cultura, embora sofra muitas transformações ao longo dos tempos, não é contingente, mas necessária. Assim, constatamos que os tempos remotos da magia e da mitologia foram marcados por condições em que o homem mantinha uma relação de respeito, veneração e admiração à natureza. Era uma relação, digamos, de fraternidade ou, como diz Aubert, “de participação, de simpatia e de comunhão com a natureza em que os deuses eram tidos como sendo a fonte e a explicação da maior parte dos fenómenos visto que os elementos essenciais do universo tais como o céu, a terra, o sol, o mar os rios, etc., eram como que divinizados” (Aubert, 1965, p. 24).

Para Baptista Mondin, este relacionamento em que a natureza é vista como o centro e o homem como um órgão ou uma extensão dela se manifesta não só no mundo clássico, mas também no medieval (Mondin, 1984, p. 172). Porém, isto não significa dizer que os povos antigos se conformavam com tudo o que a natureza lhes oferecia e que não tinham o desejo de compreendê-la, ou até mesmo, de dominá-la, pois “Todo o sentido do desenvolvimento histórico, do progresso das civilizações e da técnica realizou-se como um esforço humano de querer compreender a natureza a fim de se tornar independente e de dominá-la pouco a pouco” (Aubert, 1965, p.24.)

François Cavallier, no seu artigo *Natureza e Cultura*, apresenta estes dois domínios, isto é, a natureza e a cultura, como sendo “dois pontos de vista sobre uma mesma coisa”. Por outras palavras, segundo ele, “nada existe que seja ‘a’ natureza pura e simplesmente, ou ‘a’ cultura pura e simplesmente: estes dois termos não obedecem a determinações fixas” (Cavallier, 2002, p.839). Ele justifica este ponto de vista apresentando aquilo que na filosofia poderia ser considerado como sendo a eterna batalha entre a liberdade por um lado e o determinismo por outro. A liberdade estaria assim do lado da cultura e o determinismo do lado da natureza. Do ponto de vista natural, de facto, o homem obedece a certas leis cósmicas, mas através da sua inteligência ele pode fazer ‘tabula rasa’ a algumas destas leis e assim afirmar a sua liberdade, pois, ao contrário dos animais, o comportamento humano não se reduz a necessidades naturais e a instintos. (Cavallier, 2002, p. 839).

De notar que Cavallier (2002) não apresenta uma ideia completamente nova uma vez que Rousseau, afastando-se um pouco da definição clássica que dava primazia à racionalidade, já defendia estes aspectos ao definir a liberdade como sendo a característica essencial que distingue o homem dos outros animais.

Não vejo em todo animal senão uma máquina engenhosa, à qual a natureza deu sentidos para prover-se ela mesma, e para se preservar, até certo ponto, de tudo o que tende a destruí-la ou perturbá-la. Percebo precisamente as mesmas coisas na máquina humana, com a diferença de que só a natureza faz tudo nas operações do animal, ao passo que o homem concorre para as suas na qualidade de agente livre. Um escolhe ou rejeita por instinto, o outro por um ato de liberdade, o que faz com que o animal não possa afastar-se da regra que lhe é prescrita, mesmo quando lhe fosse vantajoso fazê-lo, e que o homem dela se afaste freqüentemente em seu prejuízo (Rousseau, referido por Ferry, 2006, p. 127).

Mais adiante, e na mesma tonalidade, Rousseau acrescenta outra característica que considera essencial: a capacidade que o homem tem de se aperfeiçoar, “a qual, com o auxílio das circunstâncias, desenvolve sucessivamente todas as outras e reside, entre nós, tanto na espécie como no indivíduo, ao passo que um animal é, no fim de alguns meses, o que será toda a vida, e sua espécie, ao cabo de mil anos, o que era no primeiro desses mil anos” (Rousseau, referido por Ferry, 2006, p.127).

Assim sendo, é a partir desta diferenciação Rousseana entre o homem e o animal que Luc Ferry apresenta a dupla historicidade humana: “por um lado temos a história do indivíduo, que é a educação, e por outro a história da espécie humana que é a cultura e a política” (Ferry, 2006, p.133). Deste modo, tanto a educação como a cultura aparecem como uma oposição, como um desejo de se ultrapassar o simplesmente natural porque pela razão e, sobretudo, como diria Rousseau, pela liberdade, o homem deseja ir para além do simplesmente dado.

3. CULTURA E LIBERDADE

A cultura apresenta muitas características tais como a sociabilidade, a laboriosidade, a dinamicidade, a multiformidade, a criatividade, a finalicidade. O ponto de vista da finalidade levar-nos-ia a concordar com Aristóteles para quem a causa final é a mais importante de todas porque nos indica não só a razão de existência de um dado

fenómeno, mas também, e sobretudo, o caminho através do qual o mesmo atinge a sua realização última. Daí a questão: Qual é a realização última da cultura? Os clássicos diriam que é a imitação de um ideal cósmico; o cristão medieval falaria de uma união mística ou escatológica em Deus e o moderno de um encontro do homem para consigo mesmo.

Que diria então o homem contemporâneo? A resposta a esta questão fica ligada a uma outra também importante e difícil de se responder. Trata-se de se saber qual é o fundamento último da cultura. Será a religião, a filosofia, a economia, a ciência? Seja qual for o caminho que empreendamos para responder a estas difíceis questões, não nos podemos escapar do conceito de liberdade na acepção Rousseauna tal como temos vindo a fazer referência.

Luc Ferry, contradizendo a definição grega do homem como ‘animal racional’ e outras definições clássicas que dão primazia à afectividade, à linguagem ou à comunicabilidade, faz-nos recordar, como já vimos, que, para Jean Jacques Rousseau, o homem não é definido simplesmente pela sua racionalidade, afectividade ou sociabilidade. Para Rousseau, diz Ferry, o que distingue o homem do animal é a ‘liberdade’ entendido como ‘perfectibilidade’. É esta liberdade que constitui característica principal que define o homem e que o faz distanciar-se das rédeas da natureza levando-o a aperfeiçoar-se cada vez mais.

Esta presença permanente da liberdade humana na vida social facilmente pode ser verificada na nossa realidade do dia a dia. O homem, por causa da liberdade e da sua vontade infinitas, procura explorar cada vez mais os horizontes das suas capacidades ao ponto de se prejudicar a si mesmo e de prejudicar a própria natureza. Daí o paradoxo que apresenta Mondin: “o homem do último decénio, dominado pela ciência, pela técnica e pela máquina, se vê sempre mais gravemente ferido na sua liberdade e autonomia e tem a impressão de ser progressivamente transformado de sujeito em objecto” (Mondin, 1986, p.180). Por outras palavras, o homem aparece como um ser de liberdade, uma liberdade criadora de ciência e tecnologia, mas uma ciência e uma tecnologia que acorrentam o seu próprio mentor, colocando-o num labirinto praticamente intransponível, como uma aranha armadilhada pela própria teia.

As vantagens que esta cultura tecnológica traz para a qualidade de vida humana são evidentes e inumeráveis. Pela tecnologia, como diz Descartes, o homem acabou por ser mesmo ‘mestre e possuidor da natureza’, embora ainda haja muito mistério que nos escape. Todavia, a contrastar com as luzes estão também as sombras, os enumeráveis

problemas que esta tecnologia levanta em relação ao futuro da humanidade. Temos a questão ecológica, a questão ambiental, a questão da sobrevivência das espécies, a questão da exploração desenfreada dos recursos naturais, a questão da concorrência desregrada entre empresas multinacionais...

Cada dia que passa vamos chegando à conclusão de que se podemos dar uma resposta sobre o fundamento da ciência e da tecnologia, o mesmo não podemos dizer quanto ao seu horizonte último. Em outras palavras, quando é que o homem se sentirá realmente feliz com as suas proezas a ponto de não precisar de avançar mais? Resposta: jamais isto acontecerá, pois para que tal acontecesse tinha de se redefinir o homem e descartar todas as características que lhe são atribuídas como a de um ser racional, livre e ‘perfeccionista’ na acepção Rousseauna. Se a liberdade do homem é sem limites, a tecnologia que ele próprio cria também fica integrado neste horizonte ilimitado. Como diz Luc Ferry, “já não se trata de dominar a natureza ou a sociedade para se ser ‘mais livre e mais feliz’, mas de dominar por dominar” (Ferry, 2006, p. 243)².

4. CULTURA, TECNOLOGIA E MORALIDADE

A passagem da mitologia para a ciência e a tecnologia obedeceu a certos passos e a racionalidade grega desempenhou um papel muito importante neste processo. Quando olhamos para os efeitos negativos da tecnologia, corremos o risco de nos esquecermos dos grandes benefícios que ela traz para a tranquilidade do homem. Definida de uma forma, digamos, ‘negativa’ e relacionando-a com a tecnologia, a cultura seria então “o conjunto dos fenómenos que representam um desvio em relação ao equilíbrio original” (Cavallier, 2002, p. 841). É baseando-se neste desvio que aparece o saudosismo em relação ao homem natural, ou seja, o desejo de um regresso a um suposto estado original em que o homem e a natureza viviam em harmonia.

Cavallier descreve este desvio sob o ponto de vista da lei em que esta entra em concorrência com a natureza. “Esta proclamação de partida, diz Cavallier, consiste, exactamente, em opor duas ordens: por um lado, o que é ‘justo de acordo com a natureza’

² Baseando-se em Heidegger, Luc Ferry explora bem este aspeto em que a ciência e a técnica se transformam num ‘processo automático e sem fim com todos os seus possíveis contornos.

e, por outro, o que é “justo de acordo com a lei” (Cavallier, 2002, p. 842); por outras palavras, “a natureza representa uma ordem original que a lei vem desviar” (Cavallier, 2002, p.812). Entretanto, Cavallier define a ordem natural como sendo “o puro reino da força” em que “o mais forte reina e acumula as posses em detrimento dos que são fisicamente mais fracos” (Cavallier, 2002, p. 812). Para fundamentar a sua reflexão, o nosso autor baseia-se no diálogo de Platão, *Górgias*. Assim, ele cita Cálicles que em *Górgias*, 483 c-d, diz, na conversa com Sócrates, que “a justiça consiste em que o melhor tenha mais do que o menos bom e o mais forte mais do que o menos forte”, pois, na sua opinião, “é isso que a natureza ensina, em todas as espécies animais, em todas as raças humanas e em todas as cidades”. Daí que, conclui ele “se o mais forte dominar o menos forte e se lhe for superior, é o sinal de que é justo” (Cavallier, 2002, p.842). Entretanto, embora em contextos diferentes, esta definição dada por Cálicles é a mesma que encontramos no livro I da República onde o sofista Thrasymachus define a justiça como sendo “a vantagem do mais forte”. Thrasymachus falava aqui de uma justiça política e não tanto natural. Todavia, elas podem se relacionar, pois, a justiça política em que o rei subjuga o súbdito pode ser vista como sendo simplesmente o prolongamento da lei natural. Por esta razão, recorda-nos Cavallier, Cálicles denuncia a fraude constituída pela lei humana que, a seu ver, não passa de uma astúcia dos fracos contra os fortes: os fortes eram superiores por natureza e é pela lei, manifestação cultural, que os fracos canalizam a superioridade física dos fortes, impondo uma definição da força que já não é física, já não é natural.

Se existem elementos positivos no homem natural que nos podem levar ao saudosismo, não há dúvidas de que as teorias de Thrassymicus e de Cálicles não devem ser defendidas, pois levar-nos-iam a um relativismo incontrolável e pernicioso. Não foi em vão que o homem procurou desligar-se das garras da natureza que por si só é individualista, egoísta, oportunista onde o forte vence sempre. Não nos esqueçamos que ela, a natureza, tem também os seus caprichos. Para vencer estes caprichos e colocar-se numa situação de privilégio e de conforto em relação a ela, era preciso que os homens se organizassem, vivessem em comunidade, criassem critérios de comunicação, de convivência. Daí a necessidade de leis, de moral, de códigos de conduta, de contratos tão defendidos por grandes autores como Rousseau, Thomas Hobes, John Locke, John Rawls.

5. CULTURA E CIVILIZAÇÃO

Se definir a cultura é difícil, mais difícil se torna ainda relacioná-la com a civilização. Difícil porque os autores que se debruçam sobre este tema não coincidem na significação destes conceitos. Entretanto, o certo é que, partindo da utilização comum que se tem feito destes termos, parece que a civilização aparece como sendo um apanágio de alguns povos estabelecendo-se assim um antagonismo entre ela e o primitivismo. Assim, quando se fala de povos civilizados pensamos logo no modelo acidental e ao falarmos de povos não civilizados pensamos no modelo africano ou num outro canto subdesenvolvido. Esta foi, sem dúvida, a linguagem utilizada pelos europeus na época dos descobrimentos. Vieram à África para civilizar os africanos. Portanto, embora se reconhecesse que estes já tinham uma cultura, tratava-se de uma cultura não civilizada, bárbara, primitiva que era preciso melhorar ou até mesmo substituir. Por outras palavras, era preciso civilizar a cultura dos indígenas. Daí que a civilização era entendida como o ponto mais alto da dinâmica cultural. Hoje, a linguagem não é a mesma, mas o veneno continua subjacente. Basta ver que o próprio termo tem a ver com '*civitas*', que em latim designa cidade e '*civile*' seu habitante.

Na época colonial, civilizado era aquele que tinha adoptado os hábitos, os costumes e a língua do colonizador. Infelizmente, se a civilização é o caminho para o qual nos dirigimos, ficamos desiludidos quando verificamos os escolhos da mesma. O homem, quanto mais civilizado mais desenvolve as técnicas da morte e da destruição. Que reflexão podemos fazer de uma civilização que cria bombas que, em pouco tempo, são capazes de destruir a humanidade inteira e, por consequência, a própria civilização?

Há quem defenda que cultura é do âmbito do ser e civilização do âmbito do ter. Porém, a meu ver, isto torna o assunto mais complexo, pois é difícil imaginarmos uma cultura sem o ter e uma civilização sem o ser. Hoje se reconhece que antes dos descobrimentos já existiam povos em África como na América do Sul com cidades e técnicas que se podem chamar de civilizadas. Enfim, em poucas palavras, julgamos que o diálogo entre estes dois conceitos continua em aberto e um consenso definitivo entre eles ainda é um horizonte por se explorar.

6. IMPORTÂNCIA DA CULTURA PARA QUALIDADE DE ENSINO EM ANGOLA

Ao falarmos da qualidade de ensino em Angola, hoje, é importante que tenhamos em conta estes elementos todos que acabamos de abordar, de tal sorte que sejamos capazes de transmitir aos nossos estudantes o desejo de procurarem lidar com os aspectos relacionados com a nossa realidade ambiental, cultural, tecnológica, etc. a fim de que não nos tornemos simples espectadores, pois, infelizmente, o nosso continente em geral e nosso país em particular ainda não está preparado para vencer ou, simplesmente, lidar com os desafios que o mundo da técnica apresenta tanto do ponto de vista positivo como negativo. No mundo da tecnologia ainda nos encontramos a meio caminho pelo facto de nos transformarmos não em produtores de tecnologia, mas sim em simples consumidores com todas as consequências que isto acarreta. Um exemplo concreto está na utilização permanente das redes sociais, o que leva os estudantes e até nós professores a nos distrairmos em inanidades. Crianças deixaram de utilizar a escrita convencional para se dedicarem a escrever em computadores e geralmente utilizando uma linguagem codificada (Famosos emojis ou memes) ou abreviada sem a mínima preocupação com o rigor gramatical e a escrita correcta das palavras.

Daí nos surgem algumas questões: seremos nós realmente livres? Como é que respondemos à pressão exercida pela sociedade e pelas estruturas sobre cada um de nós? Os estruturalistas teriam razão ao afirmarem que “não seria o homem que cria a cultura e as suas várias estruturas culturais da sociedade, mas ao contrário, seria a cultura com as várias estruturas, em particular as sociais, que formam e modelam o homem”? (Mondin, 1980, p.179).

É preciso que ajudemos os nossos alunos a desenvolverem um espírito crítico face a certas ilusões perniciosas da tecnologia. A crítica de certos elementos culturais é importante pois nem sempre tudo é positivo tanto na nossa como nas culturas importadas. Há certos limites e certas arestas que devem ser limadas. A questão da globalização e da simples imitação devem ser analisadas. O intercâmbio cultural é importante, mas não nos deve levar a perder a nossa especificidade, pois, como se costuma dizer, “a globalização deve ser acompanhada pela localização”.

O contacto com outras culturas, a outras línguas, a compreensão e conhecimento de outras religiões nos devem abrir os horizontes e não transformar-nos em simples imitadores e consumidores irreflectidos. Tudo isto é possível só através do estudo, da

valorização e do aprofundamento dos nossos valores culturais. É preciso que cultivemos o espírito de leitura e de investigação. A nossa cultura só pode ser vaga quando ela não for cultivada. É como um terreno de cultivo que precisa de ser sempre visitado e trabalhado. Na nossa instituição são raríssimas as vezes em que encontramos estudantes nossos a lerem enquanto esperam pelo professor. Na maior parte das vezes, estão no corredor; algumas vezes na turma, mas a conversar. Se alguém estiver a ler, é porque tem uma prova à vista. Não há cultura do silêncio. A conversa continua, os telefones continuam ligados e a serem utilizados mesmo quando o professor já está dentro da turma. Há sempre balbúrdia nos corredores mesmo quando se sabe que a turma contígua está em aulas. A qualidade de ensino passa pela cultura de leitura e de silêncio. Silêncio e leitura se completam. Devemos, portanto, evitar o relativismo, o cepticismo e o dogmatismo cultural em todos os níveis do nosso comportamento. Uma verdadeira cultura adquire-se com sacrifício, aliás, os ritos tradicionais dos nossos povos, onde o jovem ou a jovem passa por diversas provas para se liberar dos hábitos infantis, tornar-se adulto e membro da sociedade, são testemunho vivo deste sacrifício.

Para que isto seja possível é necessário que se crie aquilo que podemos chamar a nosso nível de cultura para a qualidade, no nosso caso, qualidade de ensino. Cultura para a qualidade de ensino significa simplesmente reconhecer que a necessidade de melhorar o nosso ensino é premente, necessária e está na responsabilidade de cada um de nós aqui presente: estado, família, professores e alunos. Não basta permanecermos nas boas intenções. É necessário que estas intenções sejam implementadas a nível institucional, escolar e pessoal. Não há cultura de qualidade de ensino quando se espera sempre que seja o outro a começar ou quando não se apoia aquele que deseja começar. Não há cultura de ensino quando pensamos que o professor exigente é mau e o professor de facilismos é bom. Autores que acabamos de ver e que alimentaram a nossa reflexão sacrificaram o seu tempo para um bem maior. É seguindo o seu exemplo que poderemos ter professores e estudantes sérios capazes de reflectir e até de encontrar soluções para os problemas que a nossa cultura em geral e o nosso ensino em particular atravessam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aubert, J. M. (1965). *Philosophie de la Nature*. Paris: Beauchesne et ses fils.

Blackburn, S. (2007). *Dicionário de filosofia*. Lisboa: Edições Gradiva.

Cavallier, F. 2002). Natureza e cultura. In AA.VV. *As Grandes Noções da Filosofia* (pp.839-850) Lisboa: Instituto Piaget.

Ferry, L. (2006). *Apprendre à vivre*. Paris: Ed. Plon.

Mondin, B. (1980). *O homem, quem é ele?*, São Paulo: Edições Paulinas.